



Anais da Assembléia

Nº 17

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1978.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Rosário Pitelli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quíelso Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM Nº 23/78 Curitiba, 15 de março de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, os lotes de terreno que especifica, de propriedade do Estado, situados no Município da Lapa.

A medida consubstanciada no Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que visa transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná, o domínio de imóveis já utilizados por aquela Empresa, na instalação de sua rede de microondas.

Conforme disposição expressamente contida no anteprojeto de lei em causa, a pretendida transferência será procedida a título de participação por parte do Estado, em futuro aumento de capital da TELEPAR, sendo precedida, essa transferência, de avaliação e preenchimento das formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Certo de que o Plano de Lei ora proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR,

os lotes nºs 31 e 32, de propriedade do Estado, com a área de 600 m², cada um, situados no loteamento denominado Planta Gruta do Monge, no Município da Lapa, transcritos sob o nº 30.673, às fls. 193, do Livro 3-AF, de Transcrição das Transmissões, do Registro de Imóveis do referido município, com as seguintes características e confrontações: lote nº 31: na frente, lado nascente, onde mede 15 m, com a avenida que vai ao Monge; ao Sul, com o lote nº 32, onde mede 40 m; lado poente, com o lote nº 46, onde mede 15 m; lado Norte, com rua do loteamento, onde mede 40 m; lote nº 32: na frente, lado nascente, onde mede 15 m, com a avenida que vai ao Monge; ao Sul, com o lote nº 33, onde mede 40 m; lado poente, com o lote nº 47, onde mede 15 m; lado Norte, com o lote nº 31, onde mede 40 m.

Art. 2º — A transferência de que trata o artigo anterior, é procedida a título de integralização por parte do Estado do Paraná, em aumento de capital da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 24/78

Curitiba, 15 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Auxílio e Cooperação nº 20/77, celebrado em 22 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de UNIÃO DA VITÓRIA, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, para melhoria do Sistema de Transporte Urbano.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 25/78

Curitiba, 15 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado e o Município de FRANCISCO BELTRÃO, objetivando a implantação dos serviços de Segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos, na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 26/78

Curitiba, 15 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao item I, do art. 89, da Lei nº 6.508, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre as férias do Pessoal Suplementar.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos nº 069/78, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, diz com o devido detalhamento, sobre a necessidade, oportunidade e interesse público de que está revestida a medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — O item I, do art. 89, da Lei nº 6.508, de 13 de dezembro de 1973, passa a ter a seguinte redação:

“I — 30 (trinta) dias consecutivos de férias depois de cada ano de efetivo exercício”.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 27/78

Curitiba, 15 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 26/77, celebrado em 05 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a elaboração de estudos e pesquisas que sirvam de subsídios à formulação de Modelo Territorial para o Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 28/78

Curitiba, 15 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 27/77, celebrado em 05 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando estabelecer um sistema de cooperação técnica na área do desenvolvimento urbano e micro-regional, de forma a possibilitar a compatibilização da Política de Desenvolvimento Urbano, a níveis Estadual, Regional e Nacional.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 29/78

Curitiba, 15 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 28/77, celebrado em 05 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da

Região Sul - SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina - Maringá.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 30/78

Curitiba, 15 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 05 de dezembro de 1977, ao Convênio nº 23/76, celebrado em 11 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a realização da segunda etapa do Programa de Treinamento de Servidores Municipais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 31/78

Curitiba, 16 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação, celebrados pelo Governo do Estado, com a participação da Secretaria de Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças, a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, com os municípios abaixo especificados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Município	Nº e data da celebração
CURITIBA	02/77 - SEPL — 03/02/78
CONTENDA	05/77 - SEPL — 25/01/78
COLOMBO	11/77 - SEPL — 24/01/78
PIÊN	24/77 - SEPL — 25/01/78
ANTÔNIO OLINTO	30/77 - SEPL — 25/01/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 32/78

Curitiba, 16 de março de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 24 de janeiro de 1978, entre o Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de COLOMBO, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba na realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Ex^a os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Sob o nº 10/78, do Senhor Dimas Ortêncio de Melo, Juiz Adjunto encaminhando cópia da Ata de Instalação da Comarca de Piquiri. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Ex^a a inserção em ata de um voto de pesar desta Casa pelo falecimento da Professora LONNY LANGE, no Município de Dois Vizinhos.

Requer-se também que, da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada, e à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A professora Lonny Lange, há 12 anos vinha exercendo as funções de Diretora do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos.

Dedicando-se inteiramente à educação no município, dotada de grande capacidade de trabalho e visão no campo que abraçou, granjeou a admiração, respeito e estima daquela comunidade, que hoje lamenta sua perda.

Associamo-nos às manifestações de pesar pela sua morte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e considerando o falecimento, ao final da última semana do Sr. YRLAN CAVET, antigo Vereador da Capital, requerem, na forma regimental, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo e sentido pesar.

Outrossim, requerem ainda, seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1978.

(aa) ADALBERTO DAROS e ENÉAS FARIA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se algum dos Srs. Deputados de sua bancada, deseja ocupar a tribuna.

O SR. ENÉAS FARIA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, Líder do Movimento Democrático Brasileiro, para falar nos 15 minutos reservados à sua bancada.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De algum tempo para cá, um ou outro fato isolado, ou não, repontando aqui e acolá na região Oeste do Estado do Paraná, vem trazendo preocupações e, de certa forma, a intranquilidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A segurança, que devia ser mantida, zelada e cuidada pela autoridade policial, parece, em determinados momentos, ou em determinados casos, deixar de existir, para dar lugar a atitudes menos convenientes, a atitudes menos zelosas, a atitudes constrangedoras e que até mesmo depõem contra o aparelho policial

do Estado. O quadro que se manifesta naquela região, está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a apresentar sintomas de uma gravidade capaz de ser aprofundada, porque, à medida em que ações maiores e mais violentas são cometidas por aqueles que ostentam posições de maior relevo, também os demais, distribuídos pelos municípios daquela área, acabam por seguir os passos, acabam por endossar o exemplo e acabam também, por gerar este clima, que já está a se tornar senão alarmante, pelo menos altamente preocupante para os homens de bem daquela região.

Falo, Sr. Presidente, de um caso concreto, e falo, trazendo a palavra do eminente Deputado Ernesto Dal'Oglio, que representa, e bem nesta Casa, aquela região, que aqui tem pautado a sua atuação, na defesa dos interesses daquela área. Atendendo aos problemas surgidos, Sua Excelência lá se encontra, mas fala, pela voz da Liderança, para trazer o fato ao conhecimento desta Casa, e pedir, u'a manifestação; e o faz, através de requerimento, que passo a ler. (Lê):

“Senhor Presidente.

Cidadão digno e honrado, decente e respeitado, o Sr. Pedro Rossoni, mercê de sua conduta e de suas qualidades, foi, em 1976, convocado pela comunidade do município de Santa Helena, para servi-la, na qualidade de seu Vereador.

Tem honrado o mandato que o povo lhe outorgou, a ponto de se tornar um permanente e zeloso cuidador das coisas do município e dos municípios.

Em razão dessa atuação que tem dispensado à sua representação, foi ter no último dia 19, à Delegacia de Polícia local, para relatar questão afeta à órbita policial e dela buscar providências sempre para atender a terceiros.

A ausência do Delegado titular — Tenente da Polícia Militar do Estado — era suprida pelo indivíduo Odilon Caio de Oliveira, atual funcionário da Prefeitura local, e antigo delegado daquela cidade, destituído de suas funções.

Irritado — conforme as informações recebidas — por ter sido chamado ao cumprimento do dever ou por outras razões não “expostas — juntou-se a outras pessoas, entre as quais um seu filho e, buscando e encontrando o Vereador Pedro Rossoni, em seu local de trabalho, espancaram-no violenta e barbaramente, para, ainda, ao final, após a agressão física e moral, juntar aberta e taxativa ameaça de morte.

O fato é altamente constrangedor, pois ao lado de configurar um desatendimento ao dever por parte do Delegado a quem cabe presidir a preservação da ordem e da tranquilidade, e transferência da manutenção da segurança a pessoa não qualificada, e pelos eventos agora verificados, incompatibilizada com as responsabilidades da função, ainda, configura inaceitável desrespeito aos direitos de cidadania do ofendido e profunda agressão à representação que, com denodo e honra, o Vereador exerce, o que se estende à própria dignidade da Câmara Municipal.

Diante disso, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, ouvida a Casa, e na forma regimental:

- 01 — O registro de voto de desagravo e solidariedade com o Vereador Pedro Rossoni, e com a Câmara Municipal de Santa Helena;
- 02 — O encaminhamento de expediente ao Ex^{mo} Sr. Secretário de Segurança do Estado, dando-lhe conta do ocorrido e solicitando que, como decorrência de suas obrigações, adote as providências cabíveis, enérgica e imediatamente;
- 03 — O envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Santa Helena, comunicando-lhe a ocorrência patrocinada e comandada por um seu funcionário e, ao Delegado local.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1978”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, vou proceder a leitura da justificativa e requerimento que irei apresentar

à mesa. (Lê):

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, sejam expedidos telex ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, Sr. Ministro da Agricultura, Sr. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, solicitando urgentes medidas que visem repassar recursos à rede bancária particular, para o financiamento do custeio do trigo.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1978.

JUSTIFICATIVA:

O nosso Estado alcançou a posição de principal produtor de trigo na última safra. O agricultor paranaense, estimulado pelas necessidades do mercado, e incentivado pela propaganda oficial, anseia em manter, senão ampliar, essa posição.

Quando procura os estabelecimentos da rede particular, na qual quase todos são mutuários de suas carteiras rurais, recebem a triste informação de que não há recursos para custear as suas lavouras de trigo. Nessa condição, tendo em vista suas vinculações com contratos de investimentos destinados à infraestrutura agrícola da rotação soja-trigo, os produtores de trigo do Paraná são impedidos de operarem junto à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, pois este, apesar de dispor de excelentes condições de atendimento, não poderia repentinamente, absorver todos aqueles agricultores que mantêm seus contratos de custeio na rede particular. Vale lembrar, também a estiagem que ainda tem suas consequências presentes proporcionando explicável desânimo no lavrador, que viu seriamente comprometido seus cronogramas de amortizações dos investimentos feitos, além do prejuízo absorvido. É normal e é lógico que tal situação fosse amenizada pela possibilidade da colheita do trigo, sendo, para isso, necessário o indispensável e onipresente apoio governamental. Evidente que esse agricultor, já frustrado em parte pelo resultado da safra de soja, não dispõe de recursos próprios para as providências urgentes, e, em parte já realizadas, ao plantio da nova lavoura. Oportuno lembrar que, inexplicavelmente, o PROAGRO, no caso de plantio sem financiamento, não oferece a tão necessária cobertura no caso de frustração. O drama se estende às Cooperativas e empresas especializadas na produção e preparação de sementes selecionadas, que estão diante de um impasse: fornecer a semente diretamente ao agricultor, sem nenhuma garantia de recebimento ou perder a semente produzida. O fato de nosso País estar há longos anos lutando pela diminuição da defasagem entre produção e consumo interno, traz ao agricultor a dúvida de ser correta essa orientação, ou seja, a negativa ou dificuldade de financiamento. Nós não entendemos que tal política possa trazer algum benefício ao combate à inflação. Sendo o vencimento do custeio a curto prazo, gera riquezas, porquanto diminui a necessidade de importação.

Ainda, repetimos, que os recursos colocados à disposição do Banco do Brasil possam ser suficientes para atender a demanda, e é bom lembrar que a urgência no atendimento só poderá ser sanada com participação da rede particular, como vinha sendo feito. Seria então, lógico, admitir que, pelo menos os Bancos particulares, dispusessem, para financiar a safra de 1978, dos mesmos valores do ano anterior, corrigidos, a fim de atender os triticultores já tradicionais naquelas agências. Temos conhecimento do insignificante recurso colocado à disposição do Banco do Estado do Paraná, que dispõe de uma Carteira Rural plenamente estruturada para esse atendimento, e que se sente tolhido em sua ação pela absoluta falta de recursos.

Assim, entendemos que apenas a rápida decisão do governo central poderá impedir mais um parcial fracasso agrícola, desta feita não ocasionado pela seca, mas sim, pelo congestionamento administrativo do não fornecimento de recursos suficientes à rede não oficial de crédito, já capacitada para agilizar o

atendimento ao agricultor. O que pleiteamos, pois, é o repasse de recursos do Banco Central aos demais estabelecimentos com atuação no crédito rural, por ser medida altamente benéfica aos interesses nacionais.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

A Presidência solicita dos eminentes líderes dos dois Partidos com assento nesta Casa, que, de acordo com a Resolução 23/69, vai dedicar a Hora do Expediente da sessão do próximo dia 30, com o fim exclusivo de comemorar a data de 31 de Março, Revolução de Março; e, de conformidade, ainda, com a Resolução n.º 23/69, solicita que as Lideranças designem, com antecedência, os Srs. Deputados que falarão em nome das respectivas bancadas, se assim o desejarem.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã realizará Sessão Solene de outorga de Título de Cidadania Honorária a S. Ex.^a, Sr. ex-Deputado Aldo Laval; e, portanto, anunciará ao término da presente sessão, para a Ordem do Dia de quarta-feira próxima, matéria que considera importante: — A Mensagem Governamental que autoriza o aumento ao funcionalismo público civil e militar, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Poder Legislativo e, também, a proposição que consubstancia proposta de emenda à Constituição subscrita pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/77, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do INCRA no Paraná - ASSINCRA, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/77, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão - APAECAM”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI n.º 165/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1978.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão - APAECAM —, com sede na cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de caráter assistencial e filantrópica, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada. Tem como fins:

- a) promover o bem estar e ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem;
- b) estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais, sendo justo portanto, seu reconhecimento de utilidade pública, para o que se espera a acolhida dos nobres Parespor ser de justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 165/77

O presente Projeto de Lei n.º 165/77, de autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Mourão, com sede naquela cidade.

Analisando-se o processo através da justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação que o acompanha, temos que se acham cumpridas as exigências legais previstas pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Yrlan Cavet. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Lonny Lange, ocorrido no Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de informações sobre qual o montante de cadernos a serem distribuídos no atual período escolar.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, para consultar os critérios que a Mesa adota e tem adotado para colocar à deliberação, a matéria que chega à Mesa, porque me parece, Sr. Presidente, que ainda na sessão de hoje, formulei um outro requerimento, ou dois, um foi apreciado e o outro não. O requerimento que V. Ex.^a agora informa à Casa, ele está há alguns dias, como outros também, por certo, estarão.

Apenas, se há uma observância quanto à entrada à Mesa, ou não existe o estabelecimento de um critério fixo?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência responde. Inicialmente deve a Presidência lembrar que os requerimentos votados, referem-se a voto de pesar e, portanto não dependem de discussão e também de "quorum".

Todavia, V. Ex.^a levanta um problema. Tem sido norma adotada pela Presidência de que os requerimentos com discussão encerrada remanescentes, de acordo com o Art. 150, do Regimento Interno, de sessões anteriores devam sempre ficar sobrestados e matéria votada como última da sessão presente. E a Presidência verifica que realmente dispõe de dois requerimentos com discussão encerrada: o anunciado, que deu entrada na Casa a 8 de março, de autoria do Deputado Adalberto Daros e outro, de 22 de março, subscrito por V. Ex.^a, Sr. Deputado, com apoio de inúmeros outros Deputados que requerem a convocação do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

A Presidência vai consultar a Assessoria da Mesa. Todavia, quer parecer que o requerimento do Sr. Deputado Adalberto Daros estava e é matéria remanescente de um requerimento de autoria de V. Ex.^a, Deputado Enéas Faria, em que solicitava inversão da Ordem do Dia dos trabalhos de uma das sessões da semana finda, e foi o único expediente remanescente. Talvez, em função daquela preferência de votação e inversão da Ordem do Dia, é que a Assessoria tenha colocado esta matéria adiante

dos requerimentos apresentados na presente sessão. Todavia, a Presidência também deve regimentalmente alertar que a matéria com discussão encerrada deve ter preferência sobre matéria ainda a ser discutida. A não ser que V. Ex.^a faça objeções, a Presidência não tem nenhuma razão para deixar de fazer com que o requerimento do Deputado Adalberto Daros fique sobrestado para o final da matéria constante da Ordem do Dia.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Adalberto Daros que requer informações em um requerimento dirigido ao Sr. Secretário de Educação e Cultura. Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, Vice-líder da Arena.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, tem duas questões de ordem a levantar. Uma, V. Ex.^a anunciou para quarta-feira a Ordem do Dia. É costume nesta Casa, no aniversário de Curitiba, não haver sessão. De forma que solicito a V. Ex.^a informar se, dia 29, aniversário de Curitiba, haverá sessão plenária.

E a segunda, Sr. Presidente, é para requerer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deferre a segunda questão de ordem e esclarece a primeira. Dia 29 é feriado municipal, portanto, não é ponto facultativo nas repartições públicas do Estado. O Executivo e o Judiciário e também o Legislativo terão expediente normal na próxima quarta-feira, dia 29.

A Presidência deferre o pedido de verificação de votação. Alerta aos Srs. Deputados que colocará de forma inversa à consideração do Plenário, a matéria. Em votação o requerimento do Sr. Deputado Adalberto Daros. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

17 (dezessete) Srs. Deputados aprovam.

7 (sete) Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando voto de desagravo e solidariedade com o Vereador Pedro Rossoni e com a Câmara Municipal de Santa Helena, com relação à questão ocorrida no Município de Santa Helena. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando sejam expedidos telex aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central, encarecendo providências que visem repassar recursos à rede bancária particular, para o financiamento do custeio do trigo. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Havia, Sr. Presidente, remanescentes dos expedientes usados pela nobre bancada da Arena, de retirar "quorum" quando as questões são mais sérias. Quando as questões dizem respeito aos altos interesses do Paraná e da gente paranaense.

Expediente que esta Casa conhece, e já de tanto, porque só oferece presença quando o interesse se personaliza na figura palaciana, ou quando aqui ficamos em questões menores.

Mas, digo, Sr. Presidente, remanescente de expediente desta ordem havia, e proposto por nós, requerimento propondo a convocação do Sr. Secretário de Segurança. Que me parece, não recebeu deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência esclarece.

Ocorre que o requerimento que V. Ex.^a alude, está com a discussão encerrada na sessão do dia 22 do corrente mês. Não havendo "quorum" para deliberação, está sobrestado para a sessão oportunamente com "quorum" para deliberação.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Interessava-me, Sr. Presidente, pelo menos este registro, para que a Casa soubesse e todos soubessem de que ainda não conseguimos deliberar sobre o assunto.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem). — Sr. Presidente, só para ficar registrado, que a bancada da Arena, usa deste expediente legal, não para quando se discute as coisas de mais interesse do Paraná e interesse do povo, a Arena está sempre atenta, como creio que assim deve estar a bancada do MDB, na defesa dos interesses do povo paranaense.

Se usa do expediente de retirar a bancada, é quando julga necessário; expediente de direito de ambas as bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra aos eminentes Srs. Deputados que realizará amanhã, às 15 horas, Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário ao Sr. ex-Deputado Aldo Laval.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 28, às 15,00 horas, de outorga de Título de Cidadão Honorário ao ex-Deputado Estadual Aldo Laval.

Marcando ainda, uma sessão para quarta-feira, dia 29, às hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — da Proposição n.º 537/77.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/77.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/78.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO N.º 127/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2002, de 15 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar a pedido, ZELINDA DE BONA MULLER, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 128/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2002, de 15 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em Comissão EURICO HALUCH, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de março de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 95/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e

tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1987, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido a Portaria n.º 424/76, de 07 de julho de 1976, que autorizou PARREIRAS RODRIGUES, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Osório Valtér Pietrângelo, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 15 de março de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 96/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2002, de 15 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido a Portaria n.º 192/77, de 01 de abril de 1977, que autoriza ZELINDA DE BONA MULLER, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 97/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1996, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário JOSÉ NATÁLIO DE CASTRO E SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Lineu Mansani Turra, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a partir de 14 de março de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 98/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1144, de 23 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

marcar para 1.º a 30 de junho de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 637/76, do funcionário ISMAR DELAGASSA PASSOS, matrícula n.º 363, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 99/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2142, de 17 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, do funcionário WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO, matrícula n.º 035, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 100/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2108, de 16 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ISMAR DELGASSA PASSOS – Mat. 263.

SOFIA KOLOSOVSKI – Mat. 528.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 101/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 61, de 03 de janeiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

marcar para 17 de abril de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 637/76, do funcionário NELSON AUGUSTO ARAÚJO, matrícula n.º 501, ocupante do cargo de nível PL “21”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 102/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2280, de 21 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ANA MARIA ESSER MIRANDA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Ivan Santos Rüppel, no período compreendido entre 09 de março a 31 de dezembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 103/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2288, de 21 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido, a Portaria n.º 08/78, na parte que se refere à designação da funcionária REGINA APARECIDA DO CREDO PASSOS, ora à disposição deste Poder, a qual foi designada para prestar serviços no Gabinete do Deputado Deni Lineu Schwartz, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 104/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1995, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar a pedido, a Portaria n.º 09/78, na parte que se refere à designação da funcionária MARIA ALICE WOLFF PAULUK, ora à disposição deste Poder, a qual foi autorizada a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 14 de março de 1978; II – autorizar o funcionário JOSÉ NATÁLIO DE CASTRO E SILVA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos, a partir de 14 de março de 1978, conforme solicitação do Deputado Lineu Mansani Turra.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

ATA DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

8.ª LEGISLATURA – 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um (21) dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito (1978), após a Sessão Plenária, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e contando com número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos, tendo sido todos relatados pelo Senhor Deputado José A. Del Ciel, e recebido parecer favorável. PROJETO DE LEI N.º 21/77, de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, o acesso que liga o Distrito de Cafelândia D'Oeste à BR-369. PROJETO DE LEI N.º 152/77, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, alienar à Associação Comercial e Industrial da Cidade de Paranavai, imóveis que especifica e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 59/77, de autoria do Senhor Deputado Lineu Turra, que inclui no plano rodoviário estadual, para pavimentação asfáltica a Estrada Palmeira-São João do Triunfo-São Mateus do Sul. Como nada mais houvesse a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar, eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1978.

(aa) ERONDY SILVÉRIO – Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro – Secretária